
Lorentzen, Anne; Van Heur, Bas (orgs.) (2012),
Cultural Political Economy of Small Cities

André Brito Correia



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/5176>

DOI: 10.4000/rccs.5176

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 dezembro 2012

Paginação: 207-211

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

André Brito Correia, « Lorentzen, Anne; Van Heur, Bas (orgs.) (2012), *Cultural Political Economy of Small Cities* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 99 | 2012, posto online no dia 04 setembro 2013, consultado o 22 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/5176> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.5176>



Recensões

Gerald Raunig, Gene Ray e Ulf Wuggenig (orgs.) (2011), *Critique of Creativity: Precarity, Subjectivity and Resistance in the Creative Industries*. London: MayFly, 216 pp.

O debate sobre as indústrias culturais e criativas ganhou visibilidade nos últimos anos, ultrapassando o contexto académico e invadindo o espaço público, através dos média e dos agentes políticos. No contexto europeu a “agenda da criatividade” constitui hoje uma das principais tendências estruturadoras dos discursos e das práticas políticas.

A obra *Critique of Creativity*, recentemente publicada, insere-se nesta discussão. Este livro pretende contribuir para a análise do recente *hype* em torno da criatividade e das indústrias criativas, procurando equacionar alguns dos impactos ao nível das transformações no mercado laboral, nas políticas públicas, na esfera artística e cultural, entre outras. O livro divide-se em quatro partes – “Criatividade”, “Precariedade”, “Indústrias Criativas”, “Indústrias Culturais” – que correspondem a diferentes entradas para uma abordagem crítica à temática das indústrias culturais e criativas e aos múltiplos efeitos gerados pela recente ideologia da “criatividade” e do “empreendedorismo criativo”. Os 14 artigos, precedidos por uma introdução e enquadramento geral, resultam de uma seleção de comunicações apresentadas, em 2006, nas conferências “*Critique of Creative Industries*” e “*Creating Effects: On the Ideology and Effectivity of Creativity and its Institutions*”. A diversidade disciplinar dos autores reflete-se num esforço dos editores em fazer dialogar abordagens distintas: umas vincadamente teóricas; outras inspiradas na análise de casos empíricos; outras ainda fundamentadas na análise de objetos artísticos.

O processo de reestruturação do modelo capitalista que, a partir de meados dos anos 70, se generalizou por todo o mundo assume-se, neste contexto, como um elemento de análise fundamental, presente na generalidade das perspetivas apresentadas. Esta opção corresponde, por um lado, à necessidade de enquadrar as especificidades atuais do mercado de trabalho artísticos e criativo no seio das recentes transformações que caracterizam a nova economia capitalista, nomeadamente, no que diz respeito às profundas alterações operadas nos modelos de produção e de gestão do mercado de trabalho. Permite, por outro lado, desenvolver uma análise crítica dos discursos em torno das novas modalidades de emprego e trabalho, que se inspiram na figura do “artista” enquanto modelo a seguir.

As duas primeiras secções centram-se no modo como o termo “criatividade” penetrou nas retóricas da política, da gestão e da economia contemporâneas. Um dos aspetos abordados (sobretudo com Stefan Nowotny, Maurizio Lazzarato e de Paolo Virno) prende-se com o processo através do qual o trabalho artístico se tornou “exemplar” para o modelo de capitalismo atual, que celebra a sua “flexibilidade”, “criatividade”, “autonomia”, “mobilidade” e “empreendedorismo”, fazendo-a corresponder a uma certa ideia de liberdade individual.

O modo como os agentes e instituições culturais foram incorporando, ou não, estes novos discursos em torno da “criatividade” é outro aspeto abordado.

Este é um processo evidentemente repleto de tensões e contradições pois a nova retórica da criatividade parece não conseguir dar uma resposta à precarização crescente e generalizada das condições de trabalho. A leitura cruzada de alguns dos artigos revela-se útil, ao evidenciar que a emergência de novos e diversificados espaços e movimentos que procuram resistir ao capitalismo neoliberal é simultaneamente acompanhada pela forte tendência para um certo conformismo face à situação atual, por vezes, reforçada através do contributo de artistas, intelectuais e outros agentes culturais que ativamente “alimentam” muitos dos discursos e práticas em torno da “criatividade”.

A terceira secção integra um conjunto de *case studies* sobre o modo como têm sido delineadas e aplicadas na Europa diferentes estratégias de desenvolvimento de indústrias culturais e criativas. Os artigos abordam casos com níveis de intervenção e contextos históricos distintos, permitindo ao leitor estabelecer algumas comparações pertinentes.

Num plano macro, Raimund Minichbauer propõe uma análise crítica da crescente presença do discurso em torno da “criatividade”, “indústrias criativas” e “economia criativa” nas políticas culturais da União Europeia, sobretudo com a “Estratégia de Lisboa” (2000) e a aposta numa “economia da informação e do conhecimento”. Como demonstra, este discurso reflete um agudizar de uma tendência para a economização da política cultural comunitária, que se repercute numa alteração das prioridades políticas para o setor.

As análises de Angela McRobbie e de Monika Mokre centram-se num nível intermédio – i.e. abordam as implicações dos discursos, estratégias e instrumentos de política concretos ao nível das cidades e dos países. Estas investigadoras propõem-nos, respetivamente, a análise dos casos

do Reino Unido/Londres (uma reflexão sistemática e muito bem fundamentada do que McRobbie classifica como as três “vagas” sucessivas de microempreendedores criativos britânicos, desde os anos 90) e da Áustria/Viena (centrada, em particular, na análise do malsucedido projeto “Quartier 21”).

Num plano micro, Marion von Osten centra-se no setor do design e multimédia, em Zurique, apresentando uma reflexão sobre os impactos das modalidades de emprego e de auto-organização específicas neste contexto. Esta investigação revela algumas das tensões e das táticas de resistência quotidianas levadas a cabo por estes agentes face ao que interpretam como uma economização da cultura.

Na quarta e última secção revisitam-se os célebres argumentos de Max Horkheimer e Teodoro W. Adorno sobre a “indústria cultural”. Gene Ray e Esther Leslie, por um lado, desenvolvem nos seus respetivos artigos duas releituras possíveis das teses de Horkheimer e Adorno à luz do contexto presente, defendendo, em ambos os casos, que estas se mantêm genericamente ajustadas e atuais. Gerald Raunig, por seu turno, propõe uma visão mais crítica, desenvolvendo uma análise sistemática dos quatro elementos centrais que compõem o conceito de “indústria cultural” e confrontando-os com os atuais desenvolvimentos. A sua análise demonstra como os pressupostos que sustentavam a tese da manipulação e subjugação dos indivíduos ao capital através da indústria cultural se revelam desfasados da realidade do capitalismo pós-fordista contemporâneo e, em particular, das transformações ocorridas no campo da cultura. Torna-se, assim, necessário encontrar novos referenciais teóricos, convocando o autor os contributos de Deleuze e Guattari, Lory e Virno para este debate.

Para concluir, importa realçar a pertinência e atualidade do conjunto de ensaios

aqui reunidos, possibilitando ao leitor uma visão crítica das indústrias criativas contemporâneas, seja como ideologia, seja enquanto relações de exploração que se concretizam na *praxis* quotidiana daqueles que nelas se encontram envolvidos. São ainda apontadas pistas de investigação relevantes para o desenvolvimento de algumas das linhas de problematização aqui enunciadas, nomeadamente, no que toca às práticas reais e potenciais de resistência no campo cultural, a diferentes níveis (das lutas sociais mais institucionalizadas e organizadas, às microtáticas quotidianas de resistência). Saliente-se ainda o contributo desta obra para enriquecer o debate sobre as indústrias culturais e criativas,

propondo um cruzamento de perspetivas que favorecem um enriquecimento desta discussão e também que esta extravase as esferas política, técnica e científica, alargando-se a outros contextos. Não podemos, contudo, concluir sem referir que, por vezes, a perspetiva patente em *Critique of Creativity* evidencia um “tom” excessivamente crítico das indústrias criativas, que parece ser incapaz de matizar a análise e integrar as aprendizagens, oportunidades e transformações positivas que, para além do *hype*, algumas destas dinâmicas e transformações também originam ou poderão potencialmente vir a originar.

Pedro Quintela

Whybrow, Nicolas (2011), *Art and the City*. London, New York: I. B. Tauris, 198 pp.

Zygmunt Bauman escrevia em 1991 que, na pós-modernidade, o novo *flâneur* ‘viajante-jogador’ prefere a irremediável redundância ao jogo da sobrevivência, isto é, o divertimento consciente de si como jogo ‘maduro’ e ‘puro’ que olha o mundo como teatro e a vida como jogo. Em *Não-lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade* (2005), Augé sublinha a necessidade de conferir um sentido, “pela intensidade da experiência” (*a performance*), ao presente e aos “não-lugares” do mundo, como contrapartida pela sobreposição e excesso dos acontecimentos, pela superabundância espacial e individualização das referências, modalidades que caracterizam os novos tempos “sobremodernos”. Em *Art and the City*, Nicolas Whybrow, especialista em Estudos do Teatro e da Performance, Professor na Universidade de Warwick no Reino Unido, associa à recente proliferação e ‘translocalização’ dos sítios e lugares de arte para fora dos museus, a ‘recolocação’

do “corpo relacional” (8) como centro e espaço de produção, circulação e receção dos discursos culturais e socioeconómicos urbanos. Salienta, neste sentido, o papel de resistência reservado especificamente ao corpo lúdico e performativo no espaço da revolução eletrónica e fibro-ótica e das transformações em curso na cidade desde os meados do século anterior, de que Virílio é o principal arauto e com cujas teorias este texto dialoga.

Na sua mais recente monografia, o também editor do recente e panorâmico estudo sobre performance e práticas urbanas de arte no século xx, *Performance and the Contemporary City: An Interdisciplinary Reader* (2010), começa por relacionar a “experiência momentânea” dos incidentes urbanos de Lefebvre, que este identifica também na arte, com as seguintes noções de ‘jogo’ e ‘trabalho’: “Por um lado, a cidade é em si própria, um ‘trabalho’ (de arte), ou ‘obra’, a qual invoca o direito cidadão à participação (ou apropriação

pública) como arte. Por outro, a arte [...] pode ‘utilmente’ funcionar na cidade como meio para trazer ao jogo aquilo que está a ter lugar” (18). Na abertura da reflexão (capítulo 1), o autor relaciona estes conceitos com os de cidade-sítio como mediação cultural na relação com a viragem urbano-performativa, na qual o espectador emerge como participante engajado – na linha das teses de Kwon (2009) – portanto como interveniente na produção da cultura urbana globalizada enquanto evento/arte relacional que reproduz uma “discursividade para sempre inacabada” (Bourriaud, 2002) de identidades, estados e deslocamentos em permanente transição. Ainda na justificação teórica (capítulo 2), e na continuidade da análise da arte como “trabalho/jogo”, o autor descreve a “experiência situada” como “prática crítica” (36) do interlocutor urbano. Identifica neste sentido a “escrita relacional” como escrita performativa, assumindo-se como escritor no seu papel performativo. A novidade propriamente dita deste trabalho surge na segunda parte, isto é, na ilustração daqueles pressupostos teóricos com o relato descritivo dos “encontros situados” (40) e da “experiência afetiva” (43) de lugares/instalações de arte em três cidades distintas, Londres, Berlim e Viena. Os deslocamentos e configurações experimentais da invenção artística no espaço urbano são aqui analisados no seu potencial para, ora reorganizar o visível e o sensível, ora recompor os espaços políticos, para usar a terminologia de Rancière que o autor, aliás, quase não cita.

A segunda secção do livro divide-se por três categorias de eventos, correspondentes aos capítulos 3, 4 e 5 respetivamente: “walking art”, “playing fields” e “performing memory”, todas implicando a participação contingente do espectador, pelo movimento, pelo jogo e pela ativação da memória. No respeitante à primeira

categoria, referem-se os trabalhos artísticos de Wentworth (projeto das visitas-guiadas alternativas por Londres e o *Skulptur Projekte*), Alÿs (*Seven Walks, The Modern Procession*), Wallinger (*Zone e State Britain*), Metzger (*Aequivalenz-Shattered Stones*) ou Althamer (*Path*). A partir da análise destas propostas, reconhece-se a “heterodoxa interdependência das coisas” na cidade (Wentworth) pela constatação da presença e importância da adversidade e do conflito como dimensões constitutivas das democracias urbanas (“paradoxo democrático” de Mouffe, 2000); analisa-se as táticas dissolutivas do movimento, a transformação do vazio pelo *happening* que exige a criação de um sentido pelo discurso social, ao mesmo tempo que se alerta para as “discrepâncias do acesso e do privilégio” (73) (Alÿs); como estádios temporários, as instalações de Wallinger, Metzger e Althamer são descritas enquanto experiências espontâneas e imprevisíveis que potenciam as incursões indefinidas dos sentidos e das ligações entre espaço e espectador implicado nos ciclos sociopolíticos e históricos da cidade. No capítulo seguinte, a cultura urbana do *flash mob* e do *mobile clubbing* (analisadas na ótica de Dyer e de McGonigal), do *skateboarding*, do *graffiti* (onde se destaca o misterioso trabalho de Banksy), do *parkour* ou de outros projetos mais abrangentes – como o *Fourth Plinth*, com especial relevo para a escultura *Alison Lapper Pregnant* (que faz a capa do livro), de Marc Quinn – é analisada como processo de reconhecimento, posicionamento e contestação das contradições agonísticas do espaço citadino. Aqui a interação cidade-arte-corpo é identificada na improvisação de jogos e ritmos, formas de divertimento e risco de potencial radical, com vista ao aprofundamento de uma consciência mais política e ética. Finalmente, no último capítulo do livro, o pretexto para o diálogo interpelativo

e interrogativo são duas das mais controversas instalações memorialísticas da cultura europeia, a saber, o *Denkmal für die ermordeten Juden Europas* (Memorial aos Judeus Assassinados na Europa), de Eisenman, em Berlim, e o *Memorial to the 65,000 Murdered Austrian Jews* de Rachel Whiteread, em Viena. Nestes monumentos que fazem emergir as narrativas agonísticas potenciadas pelo jogo aberto da construção, o autor observa detalhadamente a arquitetura dos espaços, do monumento e envolventes, indicativa do fluxo e refluxo do debate sobre a memória problemática do Holocausto naquelas cidades. Tratando-se de formas de arte que se engajam no contexto e conflitos específicos dos lugares, Whybrow refere que a “recodificação retroativa” (Hall Foster) assegura a continuidade do debate sobre a presença de espectros de um passado quase impenetrável (à semelhança da “biblioteca fechada” de Whiteread). As respostas físicas e comportamentais concretas inerentes à organização do espaço são, segundo o autor, propiciadoras, em ambos os casos, de um importante diálogo cidadão sobre os “segredos horríveis” (Freud) da psique coletiva.

Em suma, trata-se de um trabalho interessante que alia, a uma escrita simultaneamente clara e de pendor ensaístico, o exercício crítico de uma análise que, baseando-se em pressupostos teóricos e resistindo a interpretações fechadas, é aprofundada pela descrição detalhada e

interpelativa de estudos de caso e narrativas empíricas que observam a metodologia de investigação histórica e sociológica não-ortodoxa conforme proposta por Benjamin no “Projeto das Arcadas”, na linha de uma sociologia histórica da *flânerie*. Problematicando os desafios da arte politicamente engajada, salienta-se o modo como as performances artísticas *in situ* podem (re)negociar efetivamente com o constrangimento e restringimento das atuais políticas públicas de planeamento e vigilância urbana, analisando-se especificamente a articulação destas práticas emergentes com a discussão dos modos e perfis ideológicos de uma “criminologia da intolerância” (120).

Duas fragilidades apontam-se por fim, a esta obra: a ausência de uma conclusão final que sistematize as densas questões e reflexões levantadas ao longo de grande parte do livro, a extensa segunda secção; a análise propriamente dita não beneficia de um pendor comparativo com outras realidades que não a ocidental por se cingir o estudo de caso a monumentos, eventos e instalações de cidades europeias. Esse risco é no entanto desde logo assumido pelo autor que nega a intenção de propor qualquer argumento linear ou conclusão do livro como um todo. Abrindo-se desta feita a novas discussões e debates, este estudo constitui um ponto de partida útil para estudos semelhantes.

Sandra Guerreiro Dias

Lorentzen, Anne; Van Heur, Bas (orgs.) (2012), *Cultural Political Economy of Small Cities*. London e New York: Routledge, 216 pp.

O livro *Cultural Political Economy of Small Cities* é uma coletânea de textos sobre as estratégias de desenvolvimento urbano assentes na cultura e nas artes. Tais estratégias são abordadas tendo em conta os seus

conteúdos e efeitos, os contextos particulares (em termos geográficos e históricos) onde são aplicadas e os tipos de reações e debates que suscitam. Esta obra centra-se no universo das pequenas cidades entendidas

geralmente numa lógica contextual e relacional no conjunto das hierarquias urbanas (em alguns textos, surgem mesmo estudos de cidades consideradas de média dimensão). Na grande maioria dos textos são apresentados estudos de caso que envolveram a realização de entrevistas e o recurso a dados estatísticos e à análise documental.

Como é assinalado pelos editores desta obra na secção introdutória (capítulo 1) de que são autores, segue-se uma abordagem situada no domínio teórico da economia política cultural, ou seja, uma perspectiva centrada na materialidade económica e numa consideração dos processos históricos e da ação estatal, por contraponto com as visões da economia política convencional. Assume-se uma distância face a “formas ‘soft’ de economia cultural” (p. 4) e uma proximidade aos pressupostos e implicações do Lancaster School CPE Project. Os editores do livro referem que os textos aí incluídos consistem em reflexões dirigidas para três dos eixos constituintes da abordagem teórica assinalada: “imaginários económicos; estratégias; e o papel da variação, seleção e retenção” (p. 4) de componentes discursivas dos factos sociais.

No segundo capítulo, Bas van Heur prolonga a reflexão teórica enunciada anteriormente, fazendo uma leitura crítica quer da abordagem da economia cultural (ou da economia cognitivo-cultural) de Allen J. Scott, quer da perspectiva de Richard Florida quanto à *classe criativa*. Discute também o conceito de *imaginários económicos* e elabora uma proposta analítica da socioespacialidade inspirada nas ideias de N. Brenner assente em quatro dimensões distintas: lugar, território, escala e redes. No terceiro capítulo, Høgni Kalsø Hansen e Lars Winther mostram como o modelo de crescimento económico assente nos encantos e prazeres que as cidades

proporcionariam (através, por exemplo, da sua tolerância, beleza, design urbano, cultura, espírito acolhedor) não se constitui como universal, resultando em vários impasses e contradições enquanto solução de planeamento, à semelhança do anterior paradigma do *cluster*. É assinalado que a opção pelo investimento num ambiente citadino renovado “não é necessariamente a cura rápida para economias regionais débeis” (p. 37).

No quarto capítulo, Chris Brennan-Horley mostra-nos de que modo se pode construir uma metodologia assente na cartografia para dar conta de dinâmicas criativas urbanas que ficam por captar usando os métodos mais convencionais. O autor conjugou os mapas mentais desenhados pelos moradores da cidade australiana de Darwin por si entrevistados com as técnicas de Geographic Information System. O objetivo era o de construir mapas que permitissem visualizar as geografias da criatividade de acordo com três dimensões: *epicentros criativos* (zonas onde os entrevistados consideravam que a atividade criativa era mais evidente); *espaços de inspiração* (sítios da cidade que serviam de inspiração para o trabalho criativo dos inquiridos) e “os locais de trabalho [...] da cidade criativa” segundo os referidos habitantes (p. 46).

No quinto capítulo, Anne Lorentzen discute o caso da cidade dinamarquesa de Frederikshavn, através de uma análise da produção e consumo de experiências assente nos seguintes eixos: palcos e lugares, atividades periódicas, eventos únicos, serviços e bens, símbolos, atores e instituições. O texto mostra de que modo as estratégias de crescimento económico deste tipo necessitam de reunir condições estruturais que não estão acessíveis a todas as pequenas cidades, embora a autora chame a atenção para o facto de que “[a] economia da experiência tende a ser menos

centralizada geograficamente do que a economia do conhecimento ou a economia industrial” (p. 68).

No sexto capítulo, Heather M. Hall e Betsy Donald apresentam o seu estudo centrado na cidade periférica canadiana de Greater Sudbury. As autoras mostram como nesta localidade se desenvolveu uma estratégia frutuosa assente na criatividade, chamando, no entanto, a atenção para os principais obstáculos que se colocam a este tipo de dinâmicas.

Para os sucessos alcançados terão contribuído fatores como a aposta em recursos naturais e a inovação no setor mineiro, o que conduz a uma crítica de algumas noções de economia criativa de onde estão excluídos trabalhos e atividades mais tradicionais.

No sétimo capítulo, Douglas Chalmers e Mike Danson abordam o caso de Glasgow (Escócia) no âmbito das reconfigurações a que a cultura gaélica tem estado sujeita nas últimas duas décadas – aquilo que era muitas vezes enquadrado numa lógica conservadora e virada para o passado passou a ser reinventado em termos de criatividade e inovação. Esta mudança tem contado com uma série de atores e práticas, tais como bandas rock, sessões de dança ou o novo canal BBC Alba (todos integrantes de um setor cultural e criativo específico que não se restringe aos membros da comunidade gaélica). Os autores defendem, assim, que o estudo das artes e cultura na economia pode abarcar “aspectos da diferença cultural e linguística” (p. 96).

No oitavo capítulo, Søren Smidt-Jensen analisa o caso da cidade dinamarquesa de Vejle, mostrando de que modo esta localidade foi convertida “numa ‘paisagem de experiência’ espetacular” (p. 113), através de uma estratégia assente na articulação entre o mundo dos negócios, da política e diversos técnicos. Foi adotada uma política arquitetónica que destacava a importância

de um ambiente construído de alta qualidade. Contudo, vários fatores acabaram por inibir, limitar ou suspender muitos dos projetos concebidos, como, por exemplo, a crise financeira surgida nos últimos anos e mudanças políticas que conduziram a uma alteração na perspetiva de como apoiar zonas diferentes do município.

No nono capítulo, Alison Bain e Dylann McLean analisam o caso das cidades canadianas de Peterborough e Thunder Bay, mostrando como a aposta na criatividade e na cultura deve ter em conta as dinâmicas informais do quotidiano das cidades, nomeadamente no que diz respeito à produção e reprodução de capital social nos chamados “terceiros lugares” (cafés, bares, restaurantes, etc.), bem como em instituições culturais mais estabelecidas (universidade e galerias públicas, por exemplo). Estes espaços “tornam-se sítios ideais para a troca inter-organizacional e frequentemente intra-organizacional de informação e ideias” (p. 135). Desta forma, é possível captar uma criatividade urbana eclética baseada “em oportunidades para colaboração e experimentação interdisciplinar entre profissionais e amadores” (p. 128).

No décimo capítulo, Paul L. Knox e Heike Mayer mostram de que forma as pequenas cidades na Europa estão a constituir redes transnacionais através das quais se inserem no sistema urbano europeu. Analisam o desenvolvimento policêntrico como um dos novos imaginários económicos, diferenciando o *policentrismo institucional* do *policentrismo reflexivo*. Este último distingue-se pela existência de uma lógica *bottom-up* e por se referir a “redes independentes e *ad hoc* de pequenas cidades” (p. 148), como, por exemplo, o movimento Cittaslow. Os autores avaliam criticamente tal movimento tendo em conta o estudo de duas das cidades aí integradas: Ludlow (Inglaterra) e Hersbruck (Alemanha).

No décimo primeiro capítulo, Nancy Duxbury analisa como a cultura se insere no planeamento urbano de um conjunto de 27 cidades canadianas classificadas de acordo com a sua dimensão (muito pequenas, pequenas, pequenas médias e pequenas grandes cidades) e com o seu estatuto estrutural (centros regionais, cidades satélite e cidades capitais). O recurso a estas tipologias permite compreender diferenças de governação da cultura, tendo em conta diversos aspetos: importância do papel da comunidade e do voluntariado, níveis de integração e complexidade das políticas locais, objetivos da aposta na criatividade, relações entre poder local e empresas privadas ou ainda o tipo de influência dos paradigmas do planeamento urbano.

No décimo segundo capítulo, Nina Gribat analisa o caso da cidade alemã de Hoyerswerda confrontada com um cenário de declínio económico e demográfico. Segue um enquadramento teórico onde se torna prioritário estudar “como a economia e a cultura são constituídas como ‘governáveis’” (p. 180). A autora mostra como o futuro desta localidade se torna problemático em torno de subjetividades culturais e narrativas em conflito. Para alguns setores, o passado comunista da cidade teria criado uma cultura de passividade nos indivíduos e anulado o desenvolvimento de um espírito empreendedor; para outros, é esse mesmo passado que confere um lugar especial a Hoyerswerda garantindo-lhe um potencial para construir o seu futuro – a ideia é a de que, em face do muito que o governo socialista deixava por fazer, os indivíduos tiveram de inventar e criar em comum uma série de dinâmicas nomeadamente culturais. “Enquanto a primeira posição pode ser encontrada na maioria dos documentos oficiais da cidade e na sua prática atual de ‘regeneração por demolição’, a segunda pode ser encontrada num leque de projetos culturais e artísticos” (p. 187).

No último capítulo desta obra, Jennifer Mapes discute os casos de três cidades dos EUA (Ellensburg, Steamboat Springs e Silver City), analisando o modo como a aposta na economia criativa acabou por produzir aí *paisagens de nostalgia* (pp. 202-204) que “emergem não só a partir de esforços para preservar edifícios do passado, mas também em tentativas para recriar paisagens físicas e culturais que desapareceram” (p. 204). A estratégia de atrair visitantes e moradores para estas localidades baseou-se num conjunto de representações idealizadas sobre as pequenas cidades encaradas como lugares tranquilos, seguros, com qualidade de vida e “sentido de comunidade” (p. 203). Surgiram, contudo, dinâmicas de conflito ou tensão quando se tratava de equacionar novos projetos ou novos negócios levando a discussões “sobre o que constitui mudança ‘a mais’” (p. 206). “[À] medida que os efeitos do marketing de lugar e de outras políticas emergem, residentes e líderes igualmente começam a reconhecer a ironia de promover a *pequenez* com vista a um crescimento *maior*” (p. 207).

Um dos grandes méritos deste livro consiste em tratar de temáticas da economia cultural e do desenvolvimento urbano tendo em conta o universo das pequenas cidades que é muitas vezes objeto de pouco interesse ou menos consideração no âmbito das pesquisas académicas. Amplia-se, assim, a capacidade de compreender a realidade urbana sem que esta última fique centrada excessivamente nas metrópoles e nos seus grandes eventos culturais. Disto isto, fica em aberto a necessidade de alargar o alcance das geografias dos estudos de caso, de modo a podermos conhecer melhor pequenas cidades quer de outros países desenvolvidos quer de países em desenvolvimento. A obra consegue igualmente tirar partido de muitas

das oportunidades de leitura oferecidas pela abordagem teórica da economia política cultural, embora a influência desta perspectiva, ao longo dos diversos capítulos, não tenha sempre o mesmo peso ou natureza. O eixo teórico relativo aos imaginários económicos não parece estar tão dissecado quanto os referentes

às estratégias e aos constrangimentos (mais estruturais ou conjunturais), o que não o impede, todavia, de se revelar como uma linha de problematização de grande valor heurístico para aprofundamento em investigações futuras.

André Brito Correia

Castelo-Branco, Salwa (dir.) (2010), *Enciclopédia da música em Portugal no século xx*. Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 4 volumes.

A *Enciclopédia da música em Portugal no século xx* (EMPxx), publicada em quatro volumes, ao longo de 2010, sob a direção de Salwa Castelo-Branco, é uma obra de referência para todos os interessados (investigadores, profissionais, jornalistas ou amadores) no conhecimento dos universos da música, em Portugal, durante o século xx. A sua importância é tanto maior quanto o seu objeto de referência e análise – os universos da música no nosso país – se encontra, ainda, muito pouco descrito, analisado, discutido e teorizado.

Desse ponto de vista, é fundamental reconhecer o papel que a responsável pela direção desta obra, Salwa Castelo-Branco, e o Instituto de Etnomusicologia – Centro de Estudos em Música e Dança (INET-MD), da Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa, por ela mesmo dirigido, têm desempenhado na exploração deste imenso campo. O seu contributo tem sido fundamental a dois níveis distintos, mas complementares. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento, no nosso país, de uma inovadora abordagem multidisciplinar sobre os diversos universos musicais, enfrentando as dificuldades de diálogo disciplinar, nomeadamente entre ciências musicais e ciências sociais e humanas, que o clássico enfoque da musicologia e da história da música nunca facilitaram.

O segundo nível refere-se à forma como têm vindo a rasgar o domínio empírico dos estudos sobre a música, abrindo-o não apenas à pluralidade das expressões musicais contemporânea, como também aos mundos culturais e sociais em que estas emergem. Esta abertura traduz uma prática de investigação comprometida com a desconstrução do persistente paradigma analítico da cultura, transversal às várias disciplinas, que conceptualiza uma visão tripartida dos campos artísticos e culturais, distinguindo formas de alta cultura, de cultura média e de cultura popular (ver-tido, no caso da música, na distinção entre música erudita, música popular urbana e música tradicional).

A EMPxx é o resultado exemplar desta orientação científica, cultivada por Salwa Castelo-Branco e pela equipa de investigação do INET-MD e plasmada no texto de introdução à obra, que surge no primeiro volume:

Na sua organização global, a obra assenta na visão de um universo musical plural e dinâmico, compreendendo campos sociais distintos, construídos em torno de géneros e práticas musicais, interligadas e com fronteiras fluídas, referidos na obra como domínios. [...] A partir desta visão, não perspectivamos os domínios como categorias estáticas e unificadas,

que se caracterizam por constelações de elementos estilísticos presumivelmente “autênticos”, rígidos e perenes, mas sim como modelos subjectivos e fluidos que estão em constante mudança. [...] A obra privilegia uma abordagem multidisciplinar, integrando perspectivas teóricas e metodológicas actuais da Etnomusicologia, da Musicologia Histórica, dos Estudos da Música Popular, da Antropologia, da Sociologia e da História. Duas perspectivas complementares norteiam a abordagem dos processos sociais examinados: a música enquanto reflexo dos contextos cultural, social e político que a configuram; e a música como meio eficaz para construir processos sociais e para representar ideologias. (Castelo-Branco, 2010: V-VI)

Testemunham isso mesmo, tanto a pluralidade dos autores (cerca de uma centena e meia), com formações heterogêneas em múltiplas áreas disciplinares e/ou com práticas profissionais, chamados a colaborar na elaboração dos verbetes que constituem a *EMPxx*, como também o vasto conjunto de entradas subjacentes à formulação dos mesmos verbetes, cujos difíceis critérios de seleção se encontram explicitados no texto de introdução da obra: procura de equilíbrio entre diferentes domínios musicais; representação dos vários períodos históricos do século XX; apresentação dos percursos e impactos dos vários agentes da produção musical e das instituições relevantes; inclusão dos processos sociais, culturais e políticos que marcaram os universos da cultura expressiva do país nesse século; consideração das articulações entre estes processos nas escalas local, nacional, transnacional e global (Castelo-Branco, 2010: IX).

Os verbetes foram elaborados de acordo com uma estratégia que distingue três grandes tipos: os verbetes âncora, referenciados a entradas consideradas estruturais

para a abordagem conceptual proposta na obra (conceitos, processos, periodizações, instituições, géneros, estilos, personalidades, obras musicais); os verbetes associados a entradas relativas a tipologias de agrupamentos, instituições, eventos, géneros, estilos e instrumentos que dão consistência aos diferentes circuitos musicais; e os verbetes de carácter mais específico, associados a entradas sobre indivíduos, instituições, instrumentos, publicações.

O resultado é uma volumosa obra, que compila e disponibiliza um vasto conjunto de informação acerca de variadíssimos aspectos dos universos musicais que marcaram o século XX português. Por essa razão se torna muito difícil distinguir ou evidenciar o conteúdo de entradas específicas.

Ainda assim, gostaria de destacar, por razões que se prendem com a relevância da informação contida, um dos verbetes âncora. Aquele que se refere a “Arquivos, Bibliotecas e Museus”. O destaque relaciona-se com o facto de o inventário de arquivos, bibliotecas e museus apresentado ser um importante guião para investigadores, profissionais e interessados que se debatem com a dificuldade de identificação das potenciais instituições que acolhem e conservam informação relativa a música escrita, gravada, profana ou religiosa. A longa lista de instituições referenciadas testemunha a flagrante e prolongada ausência de políticas públicas de carácter estratégico, orientadas para o domínio do património musical nacional, ao contrário do que acontece, por exemplo, no que diz respeito ao património nacional do livro. A ausência de legislação definidora do depósito obrigatório de obras musicais escritas ou gravadas e, complementarmente, de um arquivo central neste domínio, constituem sérios obstáculos não apenas à investigação e ao conhecimento da esfera musical nacional,

mas também à preservação do património e da memória de um domínio cultural particularmente dinâmico e volátil.

A *EMPxx* constitui um esforço da comunidade científica nacional, e em particular da equipa do INET-MD, liderada por Salwa Castelo-Branco, para minimizar estas dificuldades, oferecendo um guia de navegação que tanto incorpora referências

a elementos dos domínios mais estudados e sistematizados da esfera musical, como o da música erudita, ou mesmo do fado ou da música tradicional, como menções a elementos de domínios mais específicos e pouco conhecidos do pop-rock, do punk ou do hip-hop.

Paula Abreu

